

BRI0001 - Temas e Práticas de Relações Internacionais

Thalissa de Oliveira Elias Reis, nºUSP: 11804376

Engenharia de Produção, Poli-USP

Ensaio (03/12/2020)

Aula 8 (8/10) - Protagonismo da Ciência & Tecnologia na construção da nova era

Nessa aula, o convidado foi Carlos Henrique de Brito, docente do Instituto de Física da Unicamp e diretor científico da FAPESP por cerca de 15 anos. Com sua vasta experiência na área de pesquisa e ciência, ele deu início à palestra já desmistificando algumas crenças do senso comum acerca da situação de ciência e tecnologia no Brasil. Quando debate-se essa temática, é muito comum observarmos um ótica futurista e falas como “a pesquisa fará muita diferença no futuro”. Entretanto, o impacto da ciência, tecnologia e inovação já é uma realidade, haja vista que o bem-estar dos brasileiros já é promovido pelo desenvolvimento dessa tríplice. Outra concepção errônea no imaginário coletivo é que a pesquisa está restrita ao ambiente universitários quando, na verdade, esta também está presente em empresas e institutos especializados.

Alguns exemplos de setores de pesquisa onde o Brasil se destaca é no de energia e aviação. No tangente ao primeiro, nosso país é responsável por mais de 30% da produção global de etanol e, além disso, é a nação com o maior número de artigos de pesquisa sobre temáticas relacionadas - como a cana de açúcar. Quanto ao segundo, a empresa brasileira Embraer é a terceira maior fabricante de aeronaves do globo. Ademais, neste ano de 2020, a USP realizou o sequenciamento do RNA do coronavírus em tempo recorde. Isso evidencia que o Brasil não apenas apresenta grande potencial na área, mas também já atingiu diversos feitos. O reconhecimento de tal fato é essencial para acabar com a “síndrome de vira-lata” sentida por muitos brasileiros e para a valorização das conquistas significativas da comunidade científica nacional.

A importância da área de pesquisa e desenvolvimento reflete em benefícios em diversos âmbitos. No âmbito social, com o aumento do bem-estar da sociedade através de avanços tecnológicos. No econômico, com a criação de novos negócios e mercado e com o aumento da competitividade das empresas e setores já existentes. Tem-se, ainda, benefícios no campo científico e intelectual, com o aumento dos saberes da sociedade, com o avanço do conhecimento e com a criação de ideias novas. Nesse último, cabe destacar que, apesar de aparentar um tanto metafísico, o avanço intelectual de uma sociedade é essencial para essa desenvolver-se e para o seu amadurecimento frente à iminente nova era.

Contudo, a fim de atingir tais resultados, é essencial a formação apropriada de profissionais capacitados e a presença de uma conexão entre a criação de ideias e os “usadores” dessas, ou seja, os que as aplicarão. Nisso, destaca-se a importância da colaboração entre universidades e empresas. Nas primeiras, o principal efeito da pesquisa é o treinamento e capacitação de profissionais; nas segundas, é fazer ações que beneficiem a sociedade. Um dos mecanismos dessa colaboração é, por exemplo, a criação de empresas - as startups. Na USP, houve a criação de mais de mil empresas e, como aluna da Poli, vejo a presença dessas na universidade, através de palestras, programas de estágio e summer. Contudo, as empresas mais antigas e tradicionais ainda apresentam-se um tanto distantes e menos acessíveis ao público universitário. Esse distanciamento, conforme evidenciado pela

discussão da importância da parceria universidades-empresas, não é benéfico nem para a corporação, nem para os estudantes.

Aula 9 (15/10) - A Ajuda Humanitária na Construção da Nova Era

A palestrante convidada para esta aula foi a suíça Simone Casabianca-Aeschlimann, chefe da delegação regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Logo no começo, estranhei quando ela afirmou estar trabalhando no Brasil, refletindo a concepção errônea popular de que o CICV atua apenas em zonas de guerra e conflitos armados. Quanto à atuação em território brasileiro, para este ano - com a conjuntura complexa e inesperada da pandemia do coronavírus - foram estabelecidos dois objetivos principais: manter as operações a fim de atingir as metas previamente estipuladas e proteger os funcionários da instituição. Assim, algumas das ações feitas foram: doação de kits de higiene para comunidades carentes de Fortaleza, criação da campanha “Valoriza o Essencial” (a qual visa promover o reconhecimento e valorização dos profissionais que estão atuando em setores essenciais), apoio ao sistema penitenciário na adaptação à pandemia, acompanhamento dos familiares de indivíduos desaparecidos (dados apontam que há mais de 79 mil pessoas desaparecidas por ano no Brasil) e apoio ao ensino à distância, essencial neste ano para os alunos darem continuidade a sua educação e aprendizado.

Para além do caso brasileiro, o CICV também atua no apoio a migrantes e pessoas deslocadas, trabalha junto às forças policiais, de segurança e forças armadas, promove o respeito aos direitos humanos e oferece apoio técnico às autoridades. Reconhecendo a importância de atuar próximo às populações a fim de obter uma noção clara das demandas e prioridades dos beneficiados, o CICV age em cooperação com as sociedades nacionais. Ademais, dentre os valores da instituição, destacam-se a imparcialidade e neutralidade, os quais são essenciais para a realização de missões sobre assuntos delicados politicamente em alguns países. Um exemplo disso foi o caso da repatriação de prisioneiros do Iêmen, em que a Cruz Vermelha buscou conversar individualmente com cada detento para compreender as demandas destes, sem julgamento e sem a divulgação de relatórios públicos emitindo pareceres.

Apesar do cenário atribulado deste ano, o CICV conseguiu atingir algumas conquistas, como a aceleração da transformação digital da entidade. A fim de garantir a continuidade das atividades, foi proporcionado acesso à internet para todos os voluntários no curto prazo de 3 semanas após o início das medidas de isolamento social. Além disso, no Brasil, houve o aumento de sua área de atuação, atingindo, assim, novas unidades federativas. Na apresentação desses resultados, a palestrante deu ênfase à importância - tanto individual quanto organizacional - da autocrítica e de uma postura adaptativa e inovadora.

Na Nova Era, a ação humanitária encontra alguns desafios particulares. Dentre eles, tem-se o fato de que os conflitos atuais são mais prolongados em comparação aos passados. Outrossim, há a questão de localidade que são dirigidas por atores não-estatais, a qual gera um conflito acerca da autoridade e de quais leis devem ser respeitadas pela entidade humanitária. A situação da Guerra Civil da Síria, por exemplo, cuja duração já beira uma década e onde há localidades sob o controle de grupos paramilitares, como o Estado Islâmico. Não obstante, no âmbito interno da instituição, há o desafio de garantir um bom compliance e

de trabalhar na questão de diversidade dentro do quadro de voluntários. Para a superação desses desafios, é nítida a importância de parcerias - assim como no caso apresentado na aula anterior para o avanço da ciência - a fim de aumentar o impacto das ações e dos beneficiados.

Aula 10 (22/10) - O Acordo de Paris na construção da nova era

Nesta aula, foi convidada como palestrante a professora e doutora Thelma Krug. Logo no começo de sua apresentação, através da mudança na forma como ela se auto-descreveu (de “obcecada por trabalhar e estudar” para “mãe”), ela já passou uma mensagem importante para os alunos: a necessidade de buscarmos um equilíbrio entre nossa vida profissional e pessoal/social. Entretanto, essa foi apenas a primeira de muitas lições que seriam aprendidas no decorrer da aula. Sendo ela própria um exemplo de determinação e da busca obstinada por conhecimentos em diversas áreas, premissa essa que combina com a ideia central da disciplina.

Logo no início, foi apresentada uma das principais entidades atuantes no setor: o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Esse foi estabelecido em 1988 e conta com 195 governos membros, cuja principal responsabilidade é a realização de análises de informações científicas sobre as mudanças climáticas de modo a promover o entendimento de quanto desse fenômeno foi induzido pelo ser humano, seus potenciais impactos e alternativas para adaptação e mitigação. Dessa forma, devem ser emitidos relatórios neutros endereçando essas questões. Mais uma vez, assim como discutido na aula sobre a ação humanitária, é evidenciada a importância da neutralidade para a atuação de certas entidades perante a comunidade internacional. Caso fosse percebida parcialidade nos pareceres emitidos pelo painel, muitos países poderiam se recusar a segui-los por acreditarem que estariam sendo prejudicados em detrimento das nações cujos interesses estivessem representados nos relatórios. Quanto ao processo do IPCC, conforme descrito pela palestrante, ele age como uma ponte entre a ciência e os formadores de políticas, pois os relatórios emitidos são revisados tanto por especialistas quanto pelos governantes.

No que tange o histórico de tratados ambientais, é feito uma panorama das principais reuniões e acordos, a começar pela ECO-92. Nessa, surgiram alguns princípios relevantes: o princípio da precaução e o das responsabilidades comuns porém diferenciadas. O primeiro afirma que a ausência de plena certeza científica não deve ser utilizada como prerrogativa para adiar medidas de precaução para evitar ou minimizar as causas e efeitos das mudanças climáticas. O segundo, ao meu ver, parece uma consequência e um meio-termo estabelecido a partir da conjuntura da Conferência de Estocolmo. Nessa, ocorreu forte polarização: os países desenvolvidos advogaram pelo “desenvolvimento zero” enquanto as nações em desenvolvimento defenderam o “desenvolvimento a qualquer custo”. Assim, para dar ao segundo grupo a oportunidade de não terem seu desenvolvimento tardio atrapalhado, o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas diz que todos os governos, com base na equidade e nas suas respectivas capacidades, devem proteger o sistema climático.

Quanto aos tratados e compromissos estabelecidos perante a comunidade internacional, destaca-se o Acordo de Paris, cujo objetivo é de manter o aquecimento médio global abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais. Para isso, seria necessário zerar as emissões de CO₂ até 2050 e, para tal, técnicas de captura de carbono seriam essenciais. Assim, os países colaborariam com Contribuições Nacionalmente Determinadas. O Brasil,

por exemplo, se propôs a reduzir, até 2025, em 37% as emissões em relação ao ano-base de 2005. O grande ponto chave para atingir essa meta é ajustar o uso feito da terra, promover a redução do desmatamento e, como mencionada por uma das alunas na aula, a preservação dos manguezais, que capturam 4 vezes mais carbono do que outras florestas tropicais.

Aula 11 (29/10) - Uma nova economia para uma nova era

Nessa aula, tivemos como palestrante a Viviane Romeiro, gerente de clima do World Resources Institute (WRI) Brasil. Esse instituto de pesquisa atua em parceria com governos, empresas, universidades e a sociedade civil e busca transformar grandes ideias em ações para promover a proteção ambiental, oportunidades econômicas e bem-estar social. O foco dessa aula foi a apresentação do estudo de “uma nova economia para uma nova era”, o qual busca construir uma economia mais eficiente, resiliente e competitiva para o Brasil. Além disso, tem o objetivo de identificar políticas que reduzam a pobreza e estimulem a economia nacional.

No estudo, percebeu-se a importância da implementação de uma economia verde, haja vista que esta faria o Brasil crescer ainda mais na próxima década em comparação ao crescimento projetado com a manutenção do modelo atual. Embora essa modelagem econômica tenha sido feita antes da pandemia e, portanto, sem considerar seus impactos, o cenário atual de vulnerabilidade evidencia ainda mais a necessidade de uma nova economia - a qual pode, inclusive, colaborar para uma recuperação econômica mais eficiente. Ademais, essa economia verde não caracteriza uma completa ruptura com o modelo atual, mas sim uma priorização de boas práticas já existentes e que devem ser ampliadas. Essa busca potencializar as vantagens comparativas, atenuar as externalidades negativas e diminuir a exposição aos riscos produtivos e reputacionais.

Essa transição beneficiaria, principalmente, os setores tradicionais, como o de infraestruturas, indústrias e agropecuária. Aqui, cabe mencionar a extrema relevância desses. Quanto ao primeiro, vale salientar que esse cumpre um papel tanto econômico quanto social, pois, além de infraestruturas de qualidade diminuírem os riscos de degradação ambiental, elas tornam a população mais resiliente a eventos extremos cada vez mais frequentes devido às mudanças climáticas. Não obstante, entre 1995 e 2017, estima-se que o Brasil gastou cerca de 180 bilhões de reais reconstruindo infraestruturas que não resistiram a eventos extremos. Já a inovação industrial é essencial para o aumento da produtividade de modo a não comprometer a disponibilidade e qualidade futura de recursos. Por fim, a agropecuária, carro-chefe da economia brasileira e responsável por boa parte das exportações, sofre sérios riscos com as mudanças climáticas. A produção agrícola mundial poderá ter uma redução de até 17% em comparação a uma situação onde não há o aquecimento global; e o Brasil poderá perder até 32% da área destinada à soja devido às mudanças climáticas. Esses impactos evidenciam a grande importância do Acordo de Paris, discutido na aula anterior, cujo objetivo é, justamente, evitar e atenuar os efeitos negativos desse fenômeno climático.

Contudo, para a realização dessa transição de modelo, é necessária a mobilização de recursos. Felizmente, dados obtidos pela Morgan Stanley apontam que a maioria dos investidores - cerca de 71% - apresentam interesse em investimentos em sustentabilidade. Alguns mecanismos para a movimentação desse mercado são os títulos verdes e a precificação de carbono. O primeiro seria emitido com base no retorno potencial (estimado

em cerca de 1 trilhão de dólares) da implementação da economia verde. Já o segundo configura um modo de internalização das externalidades negativas, em que as empresas pagariam pelas emissões. A primeira opção para fazê-lo, a qual não é vista com bons olhos, é a tributação sobre emissões e a outra - avaliada mais positivamente - seria transacionar certificados de redução de emissões.

Aula 12 (05/11) - Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030) e suas metas

Na primeira parte desta aula, os professores Jacques Marcovitch e Pedro Dallari comentaram sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) presentes na agenda 2030. Esses buscam integrar várias dimensões num esforço estruturante para nos auxiliar a pensar não apenas no desenvolvimento (como indicado pelo IDH) ou na economia (medida pelo PIB), mas sim na sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado pelas nações.

Considerando o contexto atual de crise da globalização - com a ascensão de governos isolacionistas - e da democracia, foi levantada a questão se não é contraditório, e talvez até um tanto utópico, pensar em ODS. Entretanto, pelo contrário, as crises os tornam ainda mais relevantes e importantes. Historicamente, as crises costumam ser sucedidas pelo fortalecimento dos direitos humanos, da cooperação global e do multilateralismo. Isso ocorre não pelo interesse do governo, mas por demanda da sociedade, a qual percebe a importância dessas posturas, pois percebem que a crise não pode ser resolvida isoladamente. Ademais, momentos de adversidade colaboram para o aumento do número de “excluídos da globalização”, causando revolta de uma parte significativa da população contra a situação social e política. Como reação, tem-se a ascensão do populismo. Assim, deve-se buscar soluções que incluam esse contingente de excluídos e essa inclusão é, justamente, uma das premissas dos ODS. Outro fator a se considerar é a aceleração de tendências, porque as soluções não são criadas do 0, apenas são antecipadas. Por exemplo, a adoção do home office e do ensino a distância já estava em discussão antes, mas sua implementação foi consideravelmente antecipada. No chamado “novo normal”, tendemos a manter os comportamentos e hábitos criados durante a pandemia que nós gostamos e que apresentaram resultados e impactos positivos.

Na segunda parte da aula, o monitor Diogo Souto explicou como deveria ser desenvolvida a atividade em grupo sobre os ODS. A principal meta deste trabalho é proporcionar uma reflexão sobre os ODS aos alunos a partir da execução de um projeto de cooperação internacional. Não obstante, a atividade - assim como a disciplina como um todo - busca preparar os alunos para posições de liderança e significativas perante o mundo, promovendo o protagonismo. O projeto deveria seguir o estilo “Results Based Management” (RBM), o qual é o modelo de gestão adotado pela ONU. Quanto às etapas do trabalho, o grupo deve contextualizar o problema no Brasil, escolher uma das metas do ODS que lhe foi atribuído, selecionar países de referência para usar de benchmarking, decidir a estratégia e cronograma do projeto, definir objetivos e público beneficiado, e, por fim, como seria feito o monitoramento e a avaliação do projeto (base do modelo RBM).

Na terceira parte da aula, os integrantes dos grupos puderam se juntar em uma sala separada para começarem a organizar a atividade. No caso do meu grupo, nós fizemos uma divisão de tarefas e separamos duas pesquisas principais a serem feitas: uma de contextualização do cenário atual - a fim de garantir uma identificação precisa do problema a

ser resolvido - e outra de busca de soluções e ideias em outros países. Além da divisão de tarefas, também fizemos uma rodada de apresentações em que cada membro explicou seus motivos para ter escolhido o ODS 4 (Educação de Qualidade). Embora breve, essa reunião foi muito enriquecedora para mim, pois pude interagir com pessoas de outros cursos e ver novas perspectivas de um tema que muito me interessa.

Aula 13 (12/11) - Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas

Nesta aula, foi dado início às apresentações dos grupos sobre os projetos desenvolvidos para auxiliar no atingimento da meta do objetivo de desenvolvimento sustentável escolhido. Após a apresentação dos grupos, os professores Pedro Dallari e Jacques Marcovitch e o monitor Diogo Souto deram feedback aos alunos, destacando os principais pontos de cada projeto.

O primeiro grupo a apresentar foi o meu, no qual desenvolvemos um projeto que visava ao avanço da meta 4.a, referente à presença de infraestruturas adequadas nos ambientes escolares. Para realizar a análise da conjuntura atual, utilizamos dados do indicador 4.a.1, em que são considerados sete fatores na avaliação da qualidade estrutural das escolas (dentre esses, tem-se, por exemplo, o acesso à água filtrada e à internet). Assim, percebeu-se uma concentração geográfica da problemática nas regiões Norte e Nordeste. Nossa solução proposta constituía em duas frentes: a primeira focada na garantia de acesso a infraestruturas básicas e a segunda com ênfase em levar tecnologia para a sala de aula. Um dos pontos-chaves do projeto é a parceria público-privada - inspirado no aplicado na Suécia, o país de referência - para a ampliação de projetos já existentes (que refletem o investimento da iniciativa privada no ensino público, como o caso do Mackenzie voluntário) e criação de novos projetos.

O segundo grupo também levantou a questão de infraestrutura, ao endereçar a meta 9.4, referente à modernização das infraestruturas para práticas sustentáveis. Conforme apresentado pela equipe, atualmente há um alto índice de urbanização e a maioria das infraestruturas são feitas de cimento. Nisso, o grupo discorreu sobre uma problemática relevante e pouco discutida: a pegada de carbono da cadeia de produção do cimento, a qual é responsável por cerca de 8% das emissões de gases do efeito estufa. Uma das causas é, justamente, o uso de combustíveis fósseis e não sustentáveis para a fabricação do cimento ao invés de utilizar substitutos, como resíduos sólidos. Assim, a principal proposta do grupo foi a criação de uma legislação que torne mandatória a presença de um selo de qualidade em todos os cimentos. Isso seria feito com a promoção de uma sinergia entre o Estado, universidades (no desenvolvimento dos produtos e pesquisa) e empresas (para evitar desperdícios).

Em seguida, foi abordada a meta 1.5, a qual visa à construção de resiliência em comunidades pobres e vulneráveis a eventos extremos. Na situação hodierna, muitos brasileiros possuem acesso a um saneamento básico inapropriado e a moradias sem estrutura adequada e sem regularidade. Assim, os objetivos principais do projeto são desenvolver capacitações profissionais para as populações vulneráveis, melhorar programas sociais já existentes e melhorar a comunicação entre governo, empresas, escolas e famílias. O projeto conta com várias etapas, como análise de mercado e a construção do modelo de negócios e do plano financeiro.

Por fim, o último grupo do dia apresentou um projeto focado no ODS 13, referente à ação contra a mudança climática. Sendo o Brasil o quinto maior produtor de gases estufa e com o aumento do desmatamento da Amazônia, o projeto é focado na Região Norte e visa à restauração de florestas, redução das emissões de carbono e empoderamento das comunidades tradicionais. Para atingir tal objetivo, seria promovida a integração de órgãos ambientais, do setor privado, ONGs e povos tradicionais. Ademais, o projeto seria financiado pela venda de créditos de carbono gerados pelo desmatamento evitado.

Aula 14 (19/11) - Educação e Geração de emprego/renda nos ODS 2030

Dando continuidade às apresentações dos trabalhos, o primeiro grupo do dia desenvolveu um projeto que endereçava a meta 12.3, referente à redução do desperdício de alimentos. Atualmente, o Brasil configura entre as 10 nações que mais desperdiçam, com mais de 15 milhões de toneladas de alimento desperdiçadas por ano. Assim, para mitigar essa problemática e, concomitantemente, a situação de insegurança alimentar, o projeto consiste em servir uma alimentação diária saudável e nutritiva para as populações vulneráveis. Essa distribuição seria feita por voluntários convocados, majoritariamente, pelas redes sociais.

O grupo seguinte abordou a temática do segundo ODS (fome zero e agricultura) começando pela apresentação do contexto atual de intensa concentração fundiária, em que apenas 23% da área está sob a gestão de 77% dos estabelecimentos agropecuários existentes (ou seja, a agricultura familiar). Para a promoção de uma agricultura sustentável, foi discutida a imprescindibilidade de uma estratégia para construção de estruturas permanentes, como pode-se observar na Holanda, país de referência na temática. Essa estratégia seria desenvolvida através de parcerias regionais (a fim de garantir a existência de algum ator presencial em cada região), divulgação (para mostrar ao público as oportunidades disponibilizadas), suporte e acompanhamento.

Em seguida, foi apresentado um projeto para a meta 1.1 de eliminar a pobreza extrema. De 2014 até o momento atual, cerca de 4,5 milhões de brasileiros caíram para a extrema pobreza e essa situação atinge principalmente a região norte, o ambiente rural e a população parda e negra. A estratégia desenvolvida para o projeto foi baseada numa adotada na China, país que contribuiu com mais de 70% da redução da pobreza no mundo desde os anos 1980. Alguns pontos principais são a concessão de empréstimos para agricultores, investimentos em infraestruturas para o turismo - através de PPP - e capacitação para a população local, a fim de melhor aproveitar as potencialidades do turismo brasileiro e, com os lucros provenientes, investir em serviços básicos para a população em situação de extrema pobreza. Outra etapa são propagandas do turismo dessas regiões para fomentar esse mercado.

Por fim, o último grupo discutiu a meta 16.10 de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. Atualmente, não existe um banco de dados unificado sobre as ofensas cometidas contra a atividade jornalística. Isso acarreta um prejuízo à criação de leis e políticas públicas focadas na minimização dessa conjuntura. Assim, o projeto é justamente a criação desse banco de dados unificado com atualizações semestrais e o mapeamento dos problemas encontrados. Para isso, seria essencial o auxílio das secretarias de segurança pública, sindicatos e ministério público. Tal iniciativa seria monitorada com a realização de audiências públicas e com a publicação bienal de um relatório completo para o estabelecimento de metas a nível estadual e federal.

Assistindo a cada uma das apresentações, percebi que os trabalhos refletiam muito a composição do grupo que o elaborou. Com participantes de diversos cursos diferentes, vários aspectos e insights foram trazidos referentes a suas respectivas áreas de expertise. Um ponto comum a todos os projetos é a realização de parcerias para a sua confecção, evidenciando, nas palavras do poeta John Donne, que nenhum homem é uma ilha isolada. Além disso, a importância de parcerias foi abordada em outras aulas do semestre, como na aula sobre ajuda humanitária na nova era. Outro ponto que ficou evidente foi a interligação e interdependência dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a importância de endereçá-los conjuntamente.

Aula 15 (26/11) - Encerramento, avaliação final e avaliação das disciplinas

Para encerrar o semestre com chave de ouro, foram convidadas três personalidades ilustres para esta aula: Keyvan Macedo, diretor de sustentabilidade da Natura, Camila Duran, professora da USP e pesquisadora associada de Oxford, e Sérgio Gusmão, presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Esses, passando por tópicos extremamente relevantes e relacionados às questões discutidas e apresentadas ao longo de todo o semestre, fizeram uma espécie de “wrap up” da disciplina.

Dentre algumas das questões endereçadas, destaca-se a “Como se preparar para 2021?”. Em reflexão individual minha, penso muito sobre como não devemos encarar o 31 de dezembro deste ano de 2020 como o fim de todos os problemas enfrentados ao longo desse ano tão conturbado sanitária, política, social e economicamente. Devemos refletir sobre os aprendizados gerados a partir dessa crise e pensar quais mudanças queremos levar para o “novo normal” que está por vir. Não devemos romper estruturas, mas sim dar continuidade de forma mais estruturada e adaptada. Como levantado por Keyvan, cada vez mais percebemos que estamos num mundo de incertezas - em que um inimigo microscópico e invisível a olho nu (o coronavírus), por exemplo, consegue abalar a economia de nações inteiras.

Contudo, esse cenário incerto, não anula o fato de que estamos cada vez mais próximos do esgotamento dos recursos planetários. Assim, é essencial repensarmos nossas atitudes de modo a promovermos um estilo de vida mais sustentável e menos custoso ao planeta. As empresas - grandes players do mercado -, por sua vez, tem a responsabilidade de aproveitarem seu alcance para dar escala às medidas de sustentabilidade. Elas devem buscar um propósito maior para além da mera maximização de seus lucros. A Natura, por exemplo, busca utilizar materiais naturais e não realiza mais testes em animais, refletindo sua busca de deixar um legado positivo para a sociedade além de lucro para os acionistas. Nisso, pode-se destacar a importância de uma gestão integrada, a qual considera, conjuntamente, a performance econômica, social e ambiental da empresa. Tal conceito pode causar uma interpretação errônea de que, necessariamente, todos esses três pilares devem ter o mesmo peso. Na verdade, o que esse princípio de gestão integrada quer passar é a ideia da importância de, ao tomar uma decisão, considerar as consequências geradas em cada uma dessas três esferas.

Após a fala dos dois primeiros convidados, alguns alunos foram convidados a dar depoimentos sobre suas experiências com a disciplina ao longo do semestre. Da minha perspectiva, essa matéria teve vários impactos diferentes em cada um dos alunos. Tal resultado é completamente compreensível, haja vista que os participantes da disciplina eram oriundos de vários contextos diferentes. Desde alunos de graduação de engenharia, da Poli,

como eu, até alunos de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais ou da Faculdade de Direito. Na minha experiência, o ponto mais alto da disciplina foi como ela ampliou meus horizontes. A convivência, mesmo que remotamente devido à pandemia, com pessoas tão diferentes de mim e a possibilidade de ouvir opiniões e perspectivas tão distintas através das interferências dos alunos foi realmente enriquecedora. Além disso, o contato com figuras tão relevantes no cenário global, tanto com os palestrantes convidados quanto com a própria equipe da disciplina, foi muito gratificante.